



IDENTIFICAÇÃO	
DISCIPLINA: DIREITO AMBIENTAL	
CÓDIGO: PGSA1023	
STATUS: OBRIGATORIA ()	OPTATIVA (X)
CARGA HORÁRIA: 45 HORAS	NÚMERO DE CRÉDITOS: 03
CARGA HORÁRIA TEÓRICA: 30 HORAS	PRÁTICA: 15 HORAS
DOCENTES: RACHEL MARIA DE LYRA NEVES/WALLACE RODRIGUES TELINO JUNIOR	

EMENTA
Direito e legislação ambiental do Brasil. Princípios, direitos, competência e instrumentos de proteção do entorno e dos recursos naturais. Política Nacional do Meio Ambiente. Normas Ambientais Constitucionais. Normas Ambientais Internacionais. Convenções e Cooperções Internacionais de proteção da biodiversidade e do meio ambiente.

CONTEÚDOS
<p>1. FUNDAMENTOS E EVOLUÇÃO DO DIREITO AMBIENTAL</p> <p>1.1. Conceitos introdutórios</p> <p> Conceito de meio ambiente (lei 6.938/81 e CF/88).</p> <p> Espécies de meio ambiente: natural, artificial, cultural e do trabalho.</p> <p> Tutela jurídica do meio ambiente: bem difuso e interesse coletivo.</p> <p>1.2. Histórico do Direito Ambiental Brasileiro</p> <p> Marcas pré-ambientalistas: Código Florestal de 1934, Código de Águas, Lei de tombamento, Lei de proteção à fauna, Código de Pesca.</p> <p> Conferência de Estocolmo (1972), Rio-92 (ECO-92) e demais conferências.</p> <p> Fases de evolução do Direito Ambiental:</p> <p>1.3. Princípios do Direito Ambiental</p> <p> Princípios gerais: onipresença, cooperação entre povos, desenvolvimento sustentável, participação, informação, educação ambiental.</p> <p> Princípios específicos: prevenção, precaução, poluidor-pagador, usuário-pagador, função socioambiental da propriedade.</p> <p>2. PNMA, LICENCIAMENTO, CONSTITUIÇÃO FEDERAL E CONCEITOS TÉCNICOS</p> <p>2.1. Política Nacional do Meio Ambiente (Lei 6.938/81)</p> <p> Objetivos, diretrizes e princípios da PNMA.</p> <p> Conceitos legais: meio ambiente, recursos ambientais, poluidor, poluição.</p> <p> Instrumentos da PNMA: padrões de qualidade, zoneamento, avaliação de impacto ambiental, licenciamento ambiental, prejuízos, Relatório de Qualidade Ambiental.</p> <p>2.2. Licença e Licenciamento Ambiental</p> <p> Conceito de licença ambiental.</p> <p> Licenciamento ambiental como instrumento de gestão: fases, natureza jurídica.</p>

Tipos de licença (LP, LI, LO) e renovação; condicionantes.
Atividades eficazes ou potencialmente poluidoras; exigência constitucional de EIA/RIMA (art. 225, §1º, IV, CF).
Papel dos órgãos ambientais e do CONAMA nas regras de licenciamento.

2.3 Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA

Estrutura: órgãos superiores, consultivos, centrais, seccionais e locais.
CONAMA: composição e competência.
IBAMA e demais órgãos ambientais.

2.4. Constituição Federal de 1988 e Meio Ambiente

Arte. 225, caput e parágrafos: conteúdo e alcance.
Dispositivos correlatos: arts. 5º, 23, 24, 129, 170, 174, 186, 200, 220 e outros.
Competências legislativas e materiais em matéria ambiental (União, Estados, DF e Municípios).

2.5. Conceitos gerais e interesses metaindividuais

Meio ambiente, bem ambiental e equilíbrio ecológico.
Poluição e dano ambiental.
Direitos difusos e coletivos.

3. SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (SNUC) E CATEGORIAS DE AMEAÇA

3.1. Bases legais das Unidades de Conservação

Fundamento constitucional das UCs (art. 225, § 1º, III, CF/88).
PNMA (art. 9º, VI), Lei 9.985/2000 (SNUC) e Decreto 4.340/2002.
ICMBio: criação e competências.

3.2. Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC

Conceito, objetivos e princípios do SNUC.
Classificação das UCs:
 Unidades de Proteção Integral.
 Unidades de Uso Sustentável.
Gestão, planos de manejo, conselhos e participação social.

PRÁTICAS COMO COMPONENTE CURRICULAR

Visitas técnicas.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ANTUNES, Paulo de B. Direito Ambiental - 24 Edição 2025. 24. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2025. E-book. p.Capa. ISBN 9786559777433. Disponível em:
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559777433/>. Acesso em: 25 nov. 2025.FIORILLO, C. A. & RODRIGUES, M. 1997. Manual de Direito Ambiental e Legislação Aplicável, São Paulo: Max Limonad.

RODRIGUES, Marcelo A. Direito ambiental. (Coleção esquematizado®). 10. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2023. E-book. p.1. ISBN 9786553624894. Disponível em:
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553624894/>. Acesso em: 25 nov. 2025.SILVA, G. E. N. E. 1995. Direito Ambiental Internacional, Rio de Janeiro: Thex.

TRENNEPOHL, Terence. Manual de Direito Ambiental - 12ª Edição 2025. 12. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2024. E-book. p.Capa. ISBN 9788553625376. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553625376/>. Acesso em: 25 nov. 2025.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FENSTERSEIFER, Tiago; SARLET, Ingo W.; MACHADO, Paulo Affonso L. Constituição e legislação ambiental comentada, 1ª edição. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2015. E-book. p.[Inserir número da página]. ISBN 9788502626492. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502626492/>. Acesso em: 25 nov. 2025.

BARBOSA, Rildo P. Código florestal: prático e didático. Rio de Janeiro: Expressa, 2023. E-book. p.1. ISBN 9786558110101. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786558110101/>. Acesso em: 25 nov. 2025.

GIACOMELLI, Cinthia L F.; ELTZ, Magnum K F. Direito e legislação ambiental. Porto Alegre: SAGAH, [Inserir ano de publicação]. E-book. p.Capa. ISBN 9788595022942. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595022942/>. Acesso em: 25 nov. 2025.

PIRES, Anderson S.; STEIN, Ronei T.; OLIVEIRA, Fabiane C M.; et al. Gerenciamento de unidades de conservação. Porto Alegre: SAGAH, 2018. E-book. p.Capa. ISBN 9788595023406. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595023406/>. Acesso em: 25 nov. 2025.

Garanhuns, fevereiro de 2026

Coordenação do Programa de Pós-graduação em Saúde Animal